

THIAGO COELHO SACCHETTO

CANDIDATURAS APARTIDÁRIAS NA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Pietra Vaz Diógenes da Silva

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sacchetto, Thiago Coelho.
Candidaturas Apartidárias na Constituição Cidadã./ Thiago Coelho Sacchetto – Londrina, PR: Thoth, 2023.

324 p.

Bibliografias: 279-324

ISBN 978-65-5959-467-2

1. Candidaturas independentes. 2. Candidaturas avulsas. 3. Direitos Políticos. 4. Direito de ser votado. 5. Sufrágio universal.

I. Thiago Coelho Sacchetto.

CDD 341.2

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Constitucional: 341.2

2. Direito Eleitoral: 341.28

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO.....	15
PREFÁCIO	19
LISTA DE ABREVIATURAS.....	21

INTRODUÇÃO.....	29
-----------------	----

CAPÍTULO 1

O IMPASSE DAS CANDIDATURAS INDEPENDENTES NOS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS33

1.1 O juízo de convencionalidade das restrições às candidaturas independentes no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....35

1.1.1 Yapti Tasba Masraka Nanih Asla Takanka (Yatama) vs. Nicarágua.....35

1.1.2 Castañeda Gutman vs. Estados Unidos Mexicanos.....38

1.2 A proibição de candidaturas apartidárias no diálogo com cortes internacionais de Direitos Humanos42

1.2.1 Corte Africana de Direitos Humanos (Tanganyika Law Society, The Legal and Human Rights Centre and Reverendo Christopher R. Mtikila vs. United Republic of Tanzania).....43

1.2.2 Tribunal Europeu de Direitos Humanos (Yumak and Sadak vs. Turkey, Oran vs. Turkey e Timurhan vs. Turkey)48

1.3 Rodrigo Sobrosa Mezzomo vs. Brasil em prognóstico de convencionalidade...55

1.3.1 A vacilante jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos na tutela de direitos políticos passivos.....56

1.3.2 A restrição brasileira às candidaturas independentes e o princípio *pro homine*.....61

1.3.3 O reclame por um juízo coerente e pela aplicação criteriosa do princípio da proporcionalidade.....66

CAPÍTULO 2

A CELEUMA JURÍDICO-DOGMÁTICA SOBRE AS CANDIDATURAS AVULSAS NO DIREITO BRASILEIRO73

2.1 Argumentação tópico-problemática na audiência pública do STF76

2.2 Uma questão meramente político-legislativa, ou também, jurisdicionalizável?..	78
2.2.1 É jurisdicionalizável porque o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos cuja hierarquia normativa é controversa	81
2.2.2 É jurisdicionalizável devido à aplicabilidade limitada da norma que impõe a condição de elegibilidade de filiação partidária (art. 14, §3º, V)	84
2.2.3 É jurisdicionalizável em razão do estrito âmbito de incidência pessoal da exigência de filiação partidária (art. 14, §3º, V)	87
2.2.4 É jurisdicionalizável em conformidade com a normatividade do direito ao sufrágio universal (art. 14, <i>caput</i>)	90
2.2.5 É jurisdicionalizável de acordo com o princípio da <i>kompetenz de kompetenz</i> aplicado ao âmbito de atuação da justiça constitucional.....	93
2.2.6 É jurisdicionalizável porquanto é atribuição do Supremo Tribunal Federal aferir a ocorrência de alteração informal da lei fundamental.....	100

CAPÍTULO 3

ALTERAÇÃO INFORMAL DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E INVESTIGAÇÃO HISTÓRICO-JURÍDICA DAS CANDIDATURAS APARTIDÁRIAS (OU COMUNITÁRIAS)

3.1 A elegibilidade apartidária do período colonial à redemocratização (1532-1985).....	108
3.2 O imbróglio das pretensões comunitário-eleitorais pra Constituinte, na Assembleia Nacional Constituinte e na Constituição (1985-2023)	120
3.2.1 A aspiração independente no período de transição democrática.....	120
3.2.2 O anseio avulso no lapso de elaboração da Lei Fundamental	127
3.2.3 A pretensão comunitária em propostas de emenda constitucional	133
3.2.4 O pleito apartidário em litígios jurisdicionais.....	149
3.3 A hipótese de alteração informal da Carta e o mandado de universalização do sufrágio	153
3.3.1 A <i>mudança</i> das candidaturas comunitárias na dogmática jurídica tradicional..	161
3.3.2 A <i>interpretação evolutiva</i> das candidaturas comunitárias na teoria tridimensional do direito	171
3.3.3 A <i>emersão</i> das candidaturas comunitárias na teoria do direito como integridade	180

CAPÍTULO 4

COADUNABILIDADE ESTRUTURAL DAS CANDIDATURAS COMUNITÁRIAS AO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL-ELEITORAL.....

4.1 Candidaturas comunitárias e imbricações estruturantes.....	202
4.1.1 Convergência com os aspectos funcionais, institucionais e socioculturais dos Poderes representativos	203
4.1.2 Congruência com os sistemas eleitorais majoritário e proporcional	208
4.1.3 Conciabilidade com os âmbitos federativos local, regional e nacional.....	213

4.2 Compatibilidade das candidaturas comunitárias ao ordenamento jurídico brasileiro.....	217
4.2.1 O paradigma participativo-correpresentativo em conformidade a normas constitucionais	219
4.2.1.1 Pluralismo político e liberdade de expressão (art. 1º, V e art. 5º, IV)....	226
4.2.1.2 Liberdade de associação e soberania popular (art. 5º, XVII e XX e art. 1º, parágrafo único).....	228
4.2.1.3 Cidadania e liberdade de consciência (art. 1º, II e art. 5º, VIII)	230
4.2.1.4 Resguardo aos direitos da pessoa humana e liberdade de labor (art. 17, <i>caput</i> e art. 5º, XIII).....	231
4.2.2 O paradigma participativo-correpresentativo e antinomias constitucionais aparentes.....	234
4.2.2.1 Exigência de partidos políticos de caráter nacional (art. 17, I).....	236
4.2.2.2 Acesso ao fundo partidário, ao rádio e à televisão (art. 17, §3º).....	239
4.2.2.3 Representação proporcional nas comissões (art. 58, §1º).....	241
4.2.2.4 Probidade, moralidade, normalidade e legitimidade do processo eleitoral (art. 14, §9º).....	244
4.2.2.5 Registro de candidaturas a cargos do Poder Executivo (art. 77, 2º c/c art. 28 e art. 29, II).....	247
4.2.3 O paradigma participativo-correpresentativo e a harmonização de preceitos infraconstitucionais (uma proposta inacabada).....	250
4.2.3.1 Distribuição de cadeiras no sistema proporcional e funcionamento parlamentar	255
4.2.3.2 Financiamento de campanha e horário eleitoral gratuito	257
4.2.3.3 Instituição e registro das candidaturas comunitárias.....	259
4.2.3.4 Arrecadação e gastos de recursos, propaganda eleitoral e prestação de contas.....	264
4.2.3.5 Fidelidade partidária e compromisso eleitoral.....	265
4.2.3.6 Reserva de quotas por gênero e dispositivos eleitorais esparsos.....	269
CONCLUSÃO.....	275
REFERÊNCIAS.....	279